

COPA DO MUNDO, MANIFESTAÇÕES E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Luiza Aguiar dos Anjos¹
Marina de Mattos Dantas²
Thiago José Silva Santana³

RESUMO

Desde o anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo da FIFA 2014, movimentos sociais se organizaram para denunciar e questionar decisões e arbitrariedades acerca de seus preparativos. Durante a Copa das Confederações de 2013, uma série de manifestações, marcada pela diversidade de seus participantes e de suas reivindicações, ficaram conhecidas como jornadas de junho. Esse artigo traz uma análise de tais acontecimentos focando em questões relativas à ocupação do espaço público, problematizando, ainda, a relação dos movimentos com a organização dos megaeventos esportivos a serem realizados em nosso país.

Palavras-chave: Ocupações; Espaço Público; Manifestações; Copa do Mundo.

-
- 1 Mestre em Lazer (UFMG), professora da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, Técnica Superior de Saúde/Educação Física da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Belo Horizonte/Minas Gerais, Brasil. E-mail: lucianaonice@gmail.com
 - 2 Mestre em Psicologia Social (UERJ), doutoranda em ciências sociais (PUC-SP). Belo Horizonte/Minas Gerais, Brasil. E-mail: marinamattos@gmail.com
 - 3 Licenciado em Educação Física (UFMG), professor da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte/Minas Gerais, Brasil. E-mail: tejota14@gmail.com
- Todos os autores integram o Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT).

INTRODUÇÃO

Em 2007, o Brasil foi anunciado país sede da Copa do Mundo da FIFA 2014 e, dois anos mais tarde, o Rio de Janeiro foi escolhido sede dos Jogos Olímpicos de 2016. A definição do Brasil como sede dos dois principais megaeventos esportivos do mundo trouxe para a população a esperança de que investimentos em infraestrutura nas cidades-sede trariam melhorias à qualidade de vida de seus cidadãos. Uma das promessas de legados para a população era a qualificação do transporte público, especialmente por meio da implementação de corredores de ônibus rápidos (BRT's), ampliação de linhas de metrô e reforma ou alargamento de avenidas (BRASIL, 2010).

Muitas também eram as dúvidas e críticas: Estaria o país preparado para organizar tais eventos? Diante de tantos problemas sociais, outros investimentos – saúde, educação, saneamento, etc. – não deveriam ser priorizados? O país seria capaz de evitar superfaturamentos e desvios de verba pública? Com tais perguntas em vista, desde o momento do anúncio, movimentos sociais se organizaram em função de denunciar e questionar decisões e arbitrariedades de instituições públicas, empresas e associações envolvidas nos preparativos das cidades-sedes. Tratando mais especificamente da Copa do Mundo, a Associação Nacional dos Torcedores⁴ (ANT),

a Frente Nacional dos Torcedores⁵ (FNT), e os Comitês Populares de Atingidos pela Copa⁶ (COPAC) são exemplos de grupos que articularam manifestações para chamar a atenção da população para tais questões e cobrar respostas do poder público.

Porém, apesar de atos públicos em repúdio às mudanças impulsionadas pelo advento da Copa no Brasil – tanto no futebol, quanto no meio social mais amplo – acontecerem desde pelo menos o ano de 2010, o espaço que tais acontecimentos alcançavam nos grandes veículos de comunicação era quase nulo, e os que se juntavam aos movimentos nas ruas eram pouco numerosos.

Em junho e julho de 2013, nos dias que antecederam a realização da Copa das Confederações e, principalmente ao longo da mesma, o Brasil se viu tomado por levantes populares que, com questionamentos das mais diversas naturezas, num conjunto de manifestações denominado por alguns de “jornadas de junho”, reivindicavam que suas insatisfações fossem ouvidas.

Tendo em vistas esses acontecimentos que levaram as pessoas a ocuparem as ruas e prédios públicos pelo Brasil, muitas são as questões que podem e merecem ser analisadas a respeito das manifestações: o contexto político-econômico no qual elas eclodiram, a contribuição da organização em rede via internet para a geração de um movimento daquele porte, em tantas

4 Associação que esteve ativa entre os anos de 2010 e 2011 e se posicionava contra os efeitos do neoliberalismo no futebol brasileiro. Maiores detalhes disponíveis em: <<https://www.facebook.com/pages/Associação-Nacional-dos-Torcedores/135635136484126>>. Acessado em 23 outubro de 2013.

5 Criada com objetivos similares aos da ANT. Maiores informações em: <<http://www.frentedostorcedores.com.br>>. Acessado em 23 outubro de 2013.

6 Comitês criados nas cidades-sedes que questionam os legados do referido megaevento, principalmente no que tange a remoção de moradias para a construção de estádios, vias públicas, e outros empreendimentos com a intenção de entregá-los à iniciativa privada. Maiores informações disponíveis em: <<http://atingidoscopa2014.wordpress.com>>. Acessado em 23 outubro de 2013.

idades e em tão pouco tempo, os conflitos entre militantes partidários e grupos antipartidários, a legitimidade das diferentes formas de manifestar-se, a violência e o controle policial contemporâneos, entre outros.

Dentre tantas possibilidades, o presente artigo se dedica a analisar a relação que esses movimentos possuem com o processo de organização da Copa do Mundo da FIFA de 2014, partindo da análise de um eixo de aparente importância para esses atos, assim como para outras manifestações contemporâneas anteriores a elas: a ocupação do espaço público pela população frente ao esvaziamento do sentido público da política.

As jornadas de junho

Ao longo da Copa das Confederações, evento teste para a Copa do Mundo, as ruas de diversas cidades do Brasil foram tomadas por uma série de manifestações, agendadas pela internet, principalmente através das redes sociais.

Um dos marcos desses acontecimentos foi a reação violenta por parte da polícia militar contra os participantes de um dos atos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo contra o aumento das tarifas de transporte público de ônibus e metrô, modificando seu valor de R\$3,00 para R\$3,20, agendada para entrar em vigor no dia seis de junho de 2013. A medida exagerada tomada contra os manifestantes acabou ganhando repercussão midiática

nacional especialmente por ferir alguns jornalistas que cobriam a manifestação⁷.

Até esse momento, nos grandes veículos de comunicação havia uma tendência à criminalização e desvalorização dos atos. Em seus discursos, a ação violenta da polícia era justificada unicamente por uma ação violenta anterior dos manifestantes. Além disso, a participação de jovens de classe média era tida como argumento para deslegitimar as demandas pela redução da tarifa do transporte público, tendo como princípio a inferência de que aqueles jovens poderiam arcar com o aumento e, portanto, não poderiam reclamar sobre. No momento em que jornalistas de grandes empresas da comunicação se perceberam também alvos da violência policial, o argumento de defesa aos policiais tornou-se insustentável e a partir de então, no discurso midiático, separava-se os manifestantes entre vândalos e pacíficos.

Simultaneamente, os meios de comunicação independentes traziam outras versões do que se passava nas ruas, expondo situações negligenciadas pelas mídias tradicionais, como flagrantes forjados pela polícia e agressões sem motivo explícito. Amplamente acessadas pelo público na internet, esses vídeos influenciaram os rumos das manifestações chamando a atenção para discursos não hegemônicos. Nesse processo se destacou o grupo Mídia Ninja⁸, que transmitia ao vivo os acontecimentos nas ruas.

Tais divulgações de imagens e relatos sobre o ocorrido sensibilizaram a opinião pública que, de maneira geral,

7 Entre os vários jornalistas vitimados pela violência policial destaca-se o caso que repercutiu nacionalmente da repórter da Folha de São Paulo que foi atingida no olho durante os protestos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294799-em-protesto-seis-reporteres-da-folha-sao-atingidos-2-levam-tiro-no-rostho.shtml>> . Acessado em 30 de outubro de 2013.

8 NINJA é a sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, grupo que propõe a ser uma alternativa à mídia tradicional e que ficou conhecido pelas coberturas ao vivo dos protestos de junho no Brasil. Disponível em: <<https://twitter.com/MidiaNINJA>> . Acessado em 30 de outubro 2013.

condenou a ação policial. Os atos organizados após esses acontecimentos começaram a ter um número cada vez maior de participantes. Outras capitais e algumas cidades interioranas passaram a organizar suas passeatas, em parte apoiando ao MPL, mas principalmente abarcando outras reivindicações que em um determinado momento se sobressaíram à pauta inicial proposta pelo movimento supracitado.

Tanto nas redes sociais quanto nas ruas, nesse momento em que as manifestações começavam a ampliar o contingente de apoiadores, foi comum observar cartazes com a frase “não é só pelos 20 centavos”, seguida de alguma outra reivindicação. Também eram comuns discursos que expressavam descrença nos representantes eleitos, manifestada muitas vezes com cartazes escritos “não me representa”. Além desses cartazes, gritos como “é sem partido” puderam ser ouvidos nos movimentos.

Quanto aos participantes envolvidos nas jornadas de junho, é impossível pensar homogeneamente os grupos e intenções que constituíam tais manifestações. Grupos de extrema direita e extrema esquerda, pessoas que se diziam sem identificação político-ideológica, e outras de interesses momentâneos frente à repressão policial ou a um discurso nacionalista, compunham a multidão nas ruas. Por pautas mais ou menos objetivamente estabelecidas, em relações às vezes mais, às vezes menos duradouras, os grupos se auxiliavam na ocupação das ruas e de outros espaços públicos,

e, por vezes, nos embates com a polícia. Tal diversidade de pautas fez a legitimidade das manifestações ser colocada em cheque novamente, dessa vez por intelectuais⁹.

Os cartazes expostos nas passeatas, diretamente, pouco ou nada se relacionavam com a Copa do Mundo e a Copa das Confederações, mas muitos mostravam um descontentamento frente aos altos gastos públicos empenhados na realização dos mesmos, em especial a construção das arenas, em detrimento de investimentos em outros setores considerados de atenção básica, principalmente educação e saúde.

Sem entrar nas especificidades de cada reivindicação presente nas jornadas, a Copa das Confederações parece ter servido como um momento oportuno de visibilidade e de convergência de interesses diversos no tempo e no espaço. Utilizar um evento de repercussão internacional para pressionar os governos a realizarem mudanças que a população almejava parece ter surtido algum efeito. De fato, governantes não puderam permanecer indiferentes ao que ocorria nas ruas, o que levou a presidenta Dilma, dentre outros, a realizar um pronunciamento sobre os acontecimentos¹⁰.

As manifestações, com suas particularidades e desdobramentos, trouxeram um grande contingente populacional para as ruas para expressar suas insatisfações e anseios. Consideramos a ocupação do espaço público uma demanda latente desses protestos. O próximo item aprofunda, assim, essa discussão.

9 Entre os intelectuais que se pronunciaram a época das manifestações a filósofa Marilena Chauí fez uma crítica aos Black Blocs. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/osp/poder/126068-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofa-a-pms-do-rio.shtml>>. Acessado em 30 de outubro de 2013.

10 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=XEj3UH69g5k>>. Acessado em outubro de 2013.

Manifestações e a ocupação dos espaços públicos

As cidades certamente foram espaços no qual os efeitos da globalização, tanto positivos, quanto negativos, se fizeram muito presentes nas últimas décadas. Em uma perspectiva neoliberal, as cidades são também entendidas como objeto de mercado, concedendo seus espaços públicos aos interesses de empresas privadas com a anuência do poder público executivo.

Vemos nessas práticas a delimitação da vida realizada através do que Foucault (2008) explica como a lógica do mercado generalizada para todo o corpo social. Para o autor “o governo [...] é algo que manipula interesses” (FOUCAULT, 2008, p.61) num cálculo entre a utilidade social e o benefício econômico.

O governante, no sentido apontado anteriormente, é reduzido a um administrador de empresa. Sob o discurso da eficiência administrativa justifica-se quase qualquer ação, reduzindo o poder dos cidadãos de participar dos processos decisórios sobre a cidade quando suas demandas não se demonstram economicamente viáveis. Nesse sentido a participação popular tende a se reduzir à condição de espectador das decisões tomadas pelos gestores, que passam a conduzir os destinos da cidade cujos interesses nem sempre são os mesmos da população.

Os Comitês Populares da Copa¹¹, em dossiê publicado no ano de 2012, indicam esse jogo de interesses acontecendo

entre governantes brasileiros, a FIFA, empresas associadas na execução dos projetos para a Copa e em sua realização, e os movimentos populares:

Interesses privados são favorecidos por isenções e favores, feitos em detrimento do interesse público. Empresas privadas nacionais e internacionais submetem a nação e as cidades a seus caprichos – melhor dizer, interesses (COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012, p.03).

Para além de um território que abriga certo número de indivíduos, a cidade vem se tornando cada vez mais um produto, uma possibilidade de exploração econômica por grandes empresas. Esse contexto gera um cenário de disputa entre os que querem dela melhores condições de vida e os que dela visam extrair ganhos financeiros (MARICATO, 2013). A forma como gestores e cidadãos agem diante desse conflito determina os rumos que a cidade tomará e as vivências urbanas que proporcionará a seus residentes.

Essa relação em que a população manifesta sua vontade e aguarda a resposta dos governantes vai ao encontro da análise de Foucault (2003) que fala da importância de não aceitar o papel teatral na separação de tarefas em que cabe aos governados se indignar e aos governantes refletir e agir. Concordante a esse pensamento, Fonseca (2006) afirma que a dimensão do público tem se resumido a “um conjunto de indivíduos que são meros espectadores da vida política e social” (FONSECA, 2008, p.155).

11 Os Comitês Populares Locais são resultado de mobilizações nas cidades-sede da copa de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Definição retirada do site. Disponível em: <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php>>. Acessado em 30 de outubro de 2013.

A respeito da resistência a tornar-se cidadão-espectador, temos a apropriação do espaço público como uma forma de contestar essa tendência. Santos e Vogel *apud* Mendonça (2007, p.297) citam a importância das apropriações dos espaços públicos como “mecanismo de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”.

A mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras é uma necessidade urgente unanimemente apontada tanto por gestores quanto pela população como um problema social atual. Como apontam Duarte e Santos (2012), as necessidades em relação à mobilidade urbana relacionam-se com questões técnicas, ligadas à engenharia do trânsito, mas também, e, sobretudo, à política, uma vez que o modo como circulamos na cidade é determinante para nossa experiência da vida urbana.

Apesar do insucesso do trânsito ágil de pessoas e mercadorias, os autores apontam que a cidade foi sendo concebida e vivida com esse propósito. Mais além,

Cada vez mais a aceleração do ritmo das atividades diárias reduz o espaço da cidade a pouco mais que um amontoado de vias públicas onde nada acontece nem deve acontecer, sob pena de truncar o já abarrotado fluxo de veículos. A cidade deixa de ser espaço compartilhado, observado, experimentado, fruído, para se tornar um vasto campo anódino, indiferenciado, de deslocamento feérico e anônimo. (DUARTE; SANTOS, 2012, p.40)

Essa imposição de um comportamento passivo dos sujeitos não se observa apenas nos seus deslocamentos. Para Jacques (2009), as cidades contemporâneas vêm empregando um modelo no qual o

dissenso e os conflitos tentam ser eliminados em nome da construção de uma cidade-espetáculo. A assepsia e o controle se tornam categorias centrais na constituição desses espaços, em um projeto que visa construir imagens estrategicamente atrativas das cidades, garantindo-lhes um lugar na geopolítica das redes globalizadas de cidades turísticas e culturais. Os espaços públicos são, por isso, pensados como peças publicitárias que consensualmente devem contribuir para a imagem dessa cidade-cenário tida como ideal. Não à toa tantos são os espaços “requalificados” e “revitalizados”, num processo de gentrificação travestido de embelezamento.

Para Harvey (2013) a cidade deve ser um produto da relação dos desejos de seus habitantes. Quando tais indivíduos percebem que a cidade em que vivem não corresponde a esses desejos e suas ideologias, uma possibilidade de promover a mudança da vida urbana é através da mobilização social e política. É sob essa perspectiva de participação na construção e transformação da cidade que Lefebvre (1969) propõe o conceito de direito à cidade. Esse direito diz respeito, assim, do acesso e uso equitativo daquela cidade pré-existente, mas também à possibilidade de agir sobre ela de acordo com necessidades coletivas. Na configuração da cidade, o autor aponta, deve haver espaço para a atividade criadora, de obra, de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. Para ele, tais necessidades não são plenamente satisfeitas por equipamentos comerciais e culturais que oferecem ao sujeito um lugar de mera passividade. Quando tratamos aqui de ocupação do espaço público estamos também dizendo desse tipo de participação ativa, criativa e transformadora. Dessa

forma, acreditamos que as jornadas de junho atuam, também, como uma mobilização social pelo direito à cidade.

Vale observar, ainda, que tais protestos, mesmo diante de suas especificidades, podem ser situados junto a um conjunto de outras movimentações que questionam práticas e discursos hegemônicos sobre o que deve e pode ser a vida na cidade.

Na cidade de Belo Horizonte, um exemplo é a Praia da Estação, movimento desencadeado em função da publicação de um decreto que proíbe a realização de “eventos de qualquer natureza” na Praça da Estação, no ano de 2009¹². A estratégia do grupo aberto e informal de pessoas que deu início a ação era ocupar a praça “de maneira divertida, lúdica e aparentemente desprezível”¹³, transformando o espaço em uma praia. Desde a ocorrência da primeira Praia, foram organizados outros eventos e movimentações políticas, de maneira geral articulado pelos mesmos autores, também com intuito de questionar a gestão dos espaços urbanos da capital mineira (ALBUQUERQUE, 2013). Entre esses eventos destacam-se, atualmente, os encontros chamados de “A Ocupação”¹⁴, que no mês de outubro de 2013 chegaram a sua quarta edição. Tal movimento propõe a realização de atividades diversificadas como atrações musicais, cortejos, rodas de capoeira, oficinas, teatro, intervenções

urbanas, espetáculos circenses, etc, em ambientes públicos da cidade. Por meio desse auto-denominado “ato político e cultural”, construído de forma colaborativa e horizontal, os participantes reivindicam a participação da sociedade civil nas determinações acerca dos espaços da cidade¹⁵.

O texto de Duarte e Santos (2012) apresenta alguns exemplos da cidade de Curitiba propostos pelos coletivos eco-estético-políticos Bicletada e Jardinagem Libertária. A Bicletada é a “coincidência organizada”¹⁶ de ciclistas que ocupam as ruas para promover e celebrar o uso da bicicleta como meio de transporte. Tal movimento emergiu em 1992, em São Francisco, nos Estados Unidos e chegou ao Brasil pela primeira vez em São Paulo, em 2002. Já a Jardinagem Libertária propõe “a retomada do espaço urbano através do plantio de árvores nas vias, criação de hortas comunitárias, inserção de estímulos à recuperação da cobertura vegetal das cidades, e a crítica da cultura do asfalto” (DUARTE; SANTOS, 2012, p.42). As intervenções desses grupos já incluíram, ainda, o plantio não autorizado de mudas de árvores em locais públicos, grafitegens e mostras de artes visuais, passeios de ciclistas, pintura de ciclo-faixas clandestinas e a organização de pequenas festas públicas com música ao vivo em esquinas congestionadas pelo tráfego (DUARTE; SANTOS, 2012).

12 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>>. Acessado em 30 de outubro de 2013.

13 Expressão utilizada no convite da primeira “Praia da Estação”. Disponível em: <<http://comjuntovazio.wordpress.com/2010/01/13/prai-na-praca-da-estacao/>>. Acessado em 30 de outubro de 2013.

14 Disponível em: <<https://www.facebook.com/AOcupacao>>. Acessado em 30 de outubro de 2013.

15 Vale pontuar que as manifestações apoiam, também, pautas específicas relacionadas a essa demanda central, tais como o questionamento do despejo de moradores de ocupações urbanas, o projeto de lei de iniciativa popular Tarifa Zero BH, a revitalização do Mercado Distrital de Santa Tereza e criação do Espaço Comum Luiz Estrela.

16 Definição dada pelo próprio coletivo. Disponível em: <<http://bicicletada.org/>>. Acessado em 30 de outubro de 2013.

Tais exemplos, extraídos de um conjunto muito maior, servem para ilustrar a dispersão e a diversidade de ações que apresentam como ponto em comum a expressão do descontentamento de boa parcela da população com o processo de higienização e controle que vem conduzindo as formas de gerir as cidades, baseados em interesses econômicos, mercadológicos e políticos.

A contestação que movimentos como esses apresentam, impõem-se como resistências ao esvaziamento do sentido público da política. A reação de tais manifestações contra esse processo deixa, assim, a mensagem de que seus participantes não aceitam a posição de meros espectadores das ações dos governantes que regulamentam quem, como e quando utilizar os espaços públicos da cidade.

A elaboração de leis que definem o uso dos espaços públicos para proteger interesses de entidades privadas com fins lucrativos (no caso, a FIFA), como o caso da Lei Geral da Copa (12.663/2012), sem a consulta prévia ao povo, é outra situação que explicita o distanciamento entre as decisões políticas e os anseios da população. No próximo item, analisaremos as alterações empreendidas no espaço urbano para a realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014.

A Copa do Mundo e seus possíveis desdobramentos nos espaços públicos da cidade

Desde o anúncio do Brasil como país-sede da Copa do Mundo da FIFA 2014,

os governantes brasileiros apresentavam o megaevento como possibilidade de solução de antigos problemas das cidades até então sem investimentos possíveis. Porém, como afirma Tavares (2011), existem indicadores para pensarmos numa tendência a superestimação do que tem sido chamado de legado.

Quanto a este termo, Damo (2012) ressalta o seu uso arbitrário por parte dos promotores do evento que tendem a justificar todas as medidas tomadas em prol da realização da Copa de maneira retórica. Explicitam-se ligações diretas entre as ações efetivas e seus benefícios para a população, como se a melhoria dos setores elencados no documento que avalia as necessidades principais das cidades-sede para a realização da Copa¹⁷ (BRASIL, 2010) resultasse quase que automaticamente em qualidade de vida e diminuição da desigualdade social. É importante afirmar que, para a elaboração desse documento, não houve nenhuma consulta à população.

Nesse processo, os questionamentos sobre os modos pelos quais tais legados serão atingidos acabam sendo negligenciados. “Exibe-se uma relação de impactos tão positivos que acabam por servir de justificativa para a realização de altos investimentos públicos” (LAGES, 2012, p.38).

Nota-se, ao menos no caso brasileiro, que se soma às inquietações causadas pelo discurso da “melhoria social” a questão da abertura de linhas de financiamento do BNDES¹⁸ para obras públicas administradas por parceiros privados, através das parcerias público-privadas (PPPs).

17 O Congresso Nacional anunciou em 2010 como necessidades prioritárias do país em relação aos preparativos para a Copa “encaminhar efetivas soluções para problemas estratégicos, como, por exemplo, os da mobilidade urbana, da logística de transportes, dos terminais aeroportuários, do saneamento, da segurança pública” (BRASIL, 2010, p.11).

18 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Enquanto a participação popular nas discussões efetivas dos projetos é praticamente inexistente, as empresas que elaboraram as informações para a execução dos projetos em 2009 são as mesmas que agora os executam e, conseqüentemente, são diretamente favorecidos pelas construções e reformas de estádios, aeroportos e outras obras urbanas previstas no relatório mencionado anteriormente (BRASIL, 2010).

Os maiores prejudicados acabam sendo os que são anunciados como beneficiários segundo o prenúncio da diminuição das desigualdades sociais: a população. É em reação a esse protagonismo de entidades privadas, junto a inexistência de instâncias de participação popular, que surgem nas cidades-sede da Copa do Mundo os Comitês Populares da Copa, entidades previamente citadas, criadas para discutir e levar a público as situações de violações de direitos vividas por seus membros.

A expectativa dos Comitês Populares, muito em parte devido a sua dificuldade de se inserir nas instâncias decisórias, não é tão otimista em relação aos legados quanto os organizadores:

[...] o verdadeiro legado que estes eventos nos deixarão: destruição de comunidades e bairros populares, aprofundamento das desigualdades urbanas, degradação ambiental, miséria para muitos e benefícios para poucos (COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012, p.03).

A participação popular nos projetos é condição para se conhecer o que se chama de necessidades da população, e é o que garante minimamente que algum retorno real à sociedade (para além da Copa) possa acontecer. O Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas

Sociais e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República publicou no ano de 2010 uma cartilha sobre proteção e garantia dos direitos humanos no âmbito de megaprojetos e megaeventos, na qual consta como condição para uma gestão democrática a “cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social” (UZZO e SAULE JÚNIOR, 2012, p.13).

No entanto, a própria ideia de democracia esvazia-se quando a FIFA, ditando as regras do jogo, “flerta com o mundo dos negócios e da política” (DAMO, 2012, p. 58), com a esfera pública e a privada, impondo seus interesses e de seus parceiros sobre quaisquer outros que sejam julgados como “interesse público”.

A FIFA seduz o país-sede alardeando que “a copa é uma oportunidade” - algo vago, portanto - que cabe ao país aproveitar. O que lhe importa, sobremaneira, é que o país-sede ofereça as condições para a realização do evento, e isso implica no dispêndio de recursos públicos. Na verdade, ao invés de dizer que a FIFA escolhe o país-sede, seria mais condizente afirmar que ela compromete um governo e, segura disso, anuncia o país ao qual aquele governo corresponde como o local da Copa. (DAMO, 2012, p.66).

Os governos estaduais e federal sentem-se obrigados a realizar tais exigências pelo fortalecimento da imagem do país e de suas cidades, o que aquece o turismo e as atividades econômicas. Enquanto isso, o cidadão comum é convidado a entrar nesse jogo entre futebol-esporte-negócios como mero público.

Assim, mudanças feitas de maneira autoritária pelos mecanismos da lei, as obras

são pensadas prioritariamente para um território FIFA que se configura como um estado de exceção que tende a beneficiar as empresas que integram as PPPs que executam as obras com dinheiro público e detêm o direito de exploração das mesmas durante longos anos após os eventos FIFA. Sobre o estado de exceção, Agamben (2004) afirma:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareceram não intangíveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. [...] O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p.13).

No período de discussão da Lei Geral da Copa houve questionamentos por parte do governo brasileiro junto a FIFA no sentido de se defender a soberania nacional frente às exigências da entidade – a maioria deles inócuos.

Além disso, muitas das obras de infraestrutura anunciadas foram canceladas ou modificadas. Um exemplo disso foi o anúncio de que as obras do metrô de Belo Horizonte, que inicialmente deveria ligar a região da Savassi a Pampulha foi modificada, tendo sua extensão reduzida. Por fim essa que era inicialmente uma obra de infraestrutura para o evento, não estará pronta para a Copa. Somam-se a isso

os sucessivos aumentos nos gastos para a realização das reformas e construção das arenas nas cidades sede.

Outra questão criticada pelos movimentos é a remoção de moradias, situadas, sobretudo, nos trajetos entre o centro e o estádio, uma das primeiras medidas tomadas pelos governos pensando na mobilidade urbana.

Estima-se a remoção em massa de cerca de 170.000 pessoas para a realização de grandes projetos urbanos para os jogos. Comunidades localizadas em regiões antes relegadas pelo mercado, que ao longo do tempo tiveram enormes valorizações, passaram a ser objeto da cobiça de agentes imobiliários. Agora, em nome dos megaeventos, se veem ameaçadas pela remoção (COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012, p.08).

Como podemos observar no exemplo das remoções, através desse cálculo entre a utilidade social e o benefício econômico decide-se o que – ou quais pessoas, ou quais grupos – devem sacrificar-se por um suposto bem comum e quem se beneficiará disso.

Os investimentos tornam as cidades mais atraentes para investidores, porém, em segundo plano, as famílias removidas dificilmente modificarão sua situação de desigualdade social. Como afirmam os Comitês Populares (2012), sob os argumentos de revitalizar, dos riscos geotécnicos ou estruturais – muitas vezes sem a existência de laudo oficial e sem informações sobre os projetos de remoção – “[...] vê-se o poder público mobilizado para ‘limpar’ terras públicas de habitação popular e entregar estas áreas à especulação imobiliária, em nome da viabilização dos eventos” (COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012, p.05-06).

Vê-se que as melhorias visam em primeiro plano o turismo, principalmente buscando agradar ao turista estrangeiro e investidor. Outro exemplo dessa limpeza urbana, no caso de Belo Horizonte foi a remoção de moradores de rua e artesãos de determinadas áreas públicas, em muitos casos confiscando seus pertences.

Diante desses poderes em luta, a população, em especial aquela que está no caminho dos interesses das empresas beneficiadas com a realização da Copa, fica submetida, mas principalmente afastada, das decisões resultadas desse embate. Os governos se comprometem com a FIFA e se vêem obrigados a aceitar as exigências, com raras concessões. O interesse em promover o país como capaz de realizar megaeventos acaba por ir de encontro às demandas do povo.

Ante o exposto, os governos acabam exercendo o papel apontado por Fonseca (2006, p.158), de fazer a “gestão das coisas e das pessoas”, realizando obras de adequação do espaço urbano, ao custo de altos investimentos, às vezes prejudicando comunidades inteiras, que diante das arbitrariedades ficam submetidas ao papel de indignar-se.

Diante de certa subserviência do Brasil para com as imposições da FIFA, chegando a alterar momentaneamente leis do país, parcelas da população se revoltaram, descontentes com as concessões feitas. O legado desses eventos começava a parecer duvidoso frente à infraestrutura construída, a isenção de impostos e a criação de um território próprio dentro do país, oferecidos à FIFA. Nesse cenário, os movimentos sociais organizados exercem importante papel contestatório, organizando protestos e denunciando os abusos que ocorrem em

nome da realização da Copa do Mundo, como visto nas jornadas de junho.

O que tais manifestações denunciavam é que os investimentos econômicos não necessariamente se transformam em retorno social. As vantagens temporárias aparentam ser maiores do que as de longa duração, mas isso só o tempo poderá afirmar. É inegável que os investimentos em mobilidade, estrutura aeroportuária apresentam melhorias estruturais, mas até que ponto podemos falar em melhora da qualidade de vida e para quais vidas? E a custo de quais vidas tais modificações são viabilizadas?

Ainda que as jornadas de junho não digam respeito apenas aos megaeventos, não por acaso os trajetos escolhidos pelos manifestantes de muitas capitais do país direcionavam-se para os estádios que recebiam os jogos da Copa das Confederações e/ou virão a receber a Copa do Mundo. A atitude dos manifestantes questionava a restrição de acesso aos “territórios FIFA” através da afirmação do direito da população à cidade, tentando romper os bloqueios policiais que defendiam tais áreas em nome do Estado. Diante da insistência dos manifestantes na tentativa de ocupar esses territórios, o Estado, reafirmando o compromisso firmado junto a FIFA, tomou as atitudes consideradas necessárias para impedi-los de tal ação, muitas vezes lançando mão também da força nacional e o do Exército para deter os manifestantes, o que gerou conflitos recorrentes e, por consequência, o aumento da revolta.

Apesar da intimidação à ocupação espontânea da cidade por seus moradores e do estádio por seus torcedores, uns tentam recusar-se a esse papel menor de mero público dos preparativos da Copa. Nesse

sentido, espera-se que, após esse megaevento, as cidades e os estádios sejam ocupados de maneiras outras que não as correspondentes ao chamado “padrão FIFA”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a ocupação do espaço público é um eixo que norteia as reivindicações das jornadas de junho, assim como de outras manifestações contemporâneas, é importante notar que ela é também sua forma de protesto. Assim, os protestos reivindicaram sua participação na construção da cidade por meio da imposição de sua presença física nas ruas. A ação política desses sujeitos se constituiu, assim, fazendo de seus corpos o suporte vivo de suas mensagens, e, em última instância, armas de combate político (DUARTE; SOUZA, 2012).

As Parcerias Público Privadas, práticas estabelecidas entre os governos e empresas que, em troca da execução das obras no domínio público, detêm o direito de exploração do espaço/construção por um longo período de tempo, têm se tornado cada vez mais comuns na administração do espaço urbano em tempos em que a racionalidade neoliberal se afirma como hegemônica no gerenciamento das cidades.

Frente às questionáveis melhorias sociais prometidas em troca dessas parcerias, uma hipótese a ser analisada é o sentimento de perda do espaço considerado público e de certos espaços considerados privados suscitados nesse processo.

Certamente a Copa não é a única responsável pelo processo de elitização, controle e higienização das cidades. O que sua organização provocou foi a aceleração desses processos já em curso, levando parte

da população a se rebelar. Demandas novas se juntaram a outras antigas e movimentos diversos que já vinham realizando protestos, contudo com número menor de participantes e timidamente divulgados, ganharam adeptos. Como massa polifônica, o povo e seus anseios ganharam visibilidade.

Os protestos contemporâneos citados nesse artigo apresentam, ainda, outra semelhança: a ludicidade e irreverência de suas manifestações. Aparentemente influenciados e inspirados por experiências anteriores – notadamente o cenário contracultural dos anos de 1960 e o ativismo da década de 1990 (ALBUQUERQUE, 2013) –, tais movimentos fazem de seu caráter inusitado e bem-humorado um elemento para atrair a atenção da mídia, da população e dos poderes estabelecidos (DUARTE, 2012). Contudo, nos parece que a ludicidade das manifestações não é apenas uma estratégia de visibilidade ou uma forma de atrair indivíduos que não compareceriam em debates não-festivos. Sobretudo é um ato político. Reivindicar a ocupação dos espaços públicos por meio de uma manifestação festiva é demandar da cidade, pela via prática, que nela se possa festejar. Assim, como coloca Albuquerque (2013, p.49), “mais do que compreender a não-oposição existente entre festa e protesto, portanto, a ideia parece ser justamente celebrar a potência política da festa.” Essa articulação possível entre diversão e engajamento político demonstra que “o lazer pode e deve ser encarado também como um tempo/espaço de afirmação, que pode criar situações de valorização da individualidade frente às tutelas institucionais” (VIANA, 2009, p.5).

Nessa perspectiva, acreditamos ser pouco provável que um sujeito passe inócuo à experiência de uma manifestação

popular. Ainda que a simples participação não provoque necessariamente reflexões elaboradas sobre as críticas, demandas e reivindicações do movimento, a vivência do ambiente das manifestações tem potencial não apenas político, a partir da possibilidade de agregar conhecimento sobre o que nela se passa, mas também sensorial, ao proporcionar a experiência corporal do protesto. Participar desses movimentos é, assim, uma possibilidade de ser provocado a mudar de percepção acerca da cidade e do cotidiano nela estabelecido, inventando modos outros de se habitar a cidade.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. **Ei polícia, a praia é uma delícia!** 2013. 166f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012**. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em: jun. 2013.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016.
- Copa 2014: desafios e responsabilidades**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- DAMO, Arlei Sander. O desejo, o direito e o dever – a trama que trouxe a Copa ao Brasil. In: **Movimento, Porto Alegre**, v.18, n.02, p. 41-81, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/29910/19077>>. Acesso em maio 2013.
- COMITÊS POPULARES DA COPA. **Dossiê Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil**. Rio de Janeiro, jun. 2012. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos>. Acesso em maio 2013.
- DUARTE, André; SANTOS, Rodrigo Ponce. A cidade como espaço de intervenção dos coletivos: resistência e novas formas de vida urbana. In: **Revista Eopolítica**, São Paulo, n.5, p. 33-54, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13059/9562>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- FONSECA, Márcio Alves da. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. São Paulo: Autêntica, 2006. Pp. 155-163.
- FOUCAULT, Michel. Os direitos dos homens em face dos governos. In: _____. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: VAINER, CARLOS et al.. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Carta Maior, 2013.
- JACQUES, Paola Berenstein. Notas sobre Espaço Público e Imagens da Cidade. São Paulo: **Arquitextos**, v. 110, 2009.
- LAGES, Carlos Eduardo Dias Munaier. **A Copa de 2014 na capital mineira e relações com as políticas públicas de lazer – estudo a partir de projetos que compõem o planejamento estratégico integrado do estado de Minas Gerais e da prefeitura de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Escola de Educação física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! VAINER, CARLOS et al.. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Carta Maior, 2013.
- MENDONÇA, Eneida Maria Sousa. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos**. In: Estudos e Pesquisas em psicologia UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, agosto de 2007.
- TAVARES, Otávio. Megaeventos Esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 11-35, jul/set de 2011.
- UZZO, Karina Gaspar e SAULE JÚNIOR, Nelson. **Conhecendo o direito: proteção e garantia dos direitos humanos no âmbito de megaprojetos e megaeventos**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2012.
- VIANA, Juliana de Alencar; MELO, Victor Andrade de. Lazer engajado? – Reconhecendo algumas práticas ciberativistas – uma análise em torno da tag #meganao no twitter. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.4, dez./2009.

WORLD CUP, MANIFESTATIONS AND THE OCCUPATION OF THE PUBLIC SPACE

ABSTRACT

Since the announcement of Brazil to host the FIFA World Cup in 2014, social movements organized themselves to denounce and question decisions and arbitrariness about their preparations. During the Confederations Cup of 2013, a series of manifestations marked by the diversity of its participants and their demands became known as the June Journeys. This article presents an analysis of such events focusing on matters relates to the occupation of the public space, problematizing, later, the relation of the movements and the mega sports events in question.

Keywords: Occupations; Public Space; Manifestations; World Cup.